

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Coronavírus pode atrasar plataformas	1
Título: O que é importante para o presidente	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Se uma operação no BNDES deu prejuízo, não quer dizer que foi ilegal	5
Título: Bolsonaro privilegia gasto militar no 1º ano no cargo.....	8
VEÍCULO: O Globo.....	12
Título: Mergulhadores começam hoje a avaliar dano em navio encalhado	12
Título: Vale amplia operação em área de tragédia ambiental em Minas	13
Título: Época de retrocessos	14

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/03/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Coronavírus pode atrasar plataformas

Petrobrás terá perdas de US\$ 10 milhões por dia se embarcações do pré-sal, encomendadas na Ásia, chegarem com atraso

Os efeitos produzidos pela crise do coronavírus podem levar a Petrobrás a deixar de faturar até US\$ 10 milhões por dia. Esse ‘perda’ diária, dizem especialistas, seria causada pelos atrasos na entrega de plataformas. Sete embarcações foram encomendadas pela estatal a estaleiros da Ásia, principalmente na China, Cingapura e Coreia do Sul, os três países mais afetados pela epidemia até agora. A construção de uma plataforma dura anos e representa o maior custo de um projeto de produção de petróleo. As empresas petroleiras acompanham de perto as obras, para evitar que os cronogramas de entrega sejam estendidos e para garantir que as plataformas comecem a produzir e a gerem receita o quanto antes. A Petrobrás, como suas concorrentes, corre contra o tempo. Uma fila de plataformas foi planejada para os próximos quatro anos, o que vai ajudar a empresa a avançar rapidamente no pré-sal.

Para o ano que vem é esperada a entrega de duas unidades. São obras que já estão na reta final e, por isso, devem ser as mais afetadas e têm mais chance de atrasar. Uma plataforma tem capacidade de produzir 150 mil barris de petróleo por dia, algumas um pouco mais. Considerando a cotação do óleo de US\$ 52 na semana passada, é possível estimar que a cada 24 horas sem produzir a Petrobrás deixa de ganhar US\$ 7,8 milhões. Somado a isso há a receita gerada pela extração de gás natural, o que eleva a conta a US\$ 10 milhões, segundo cálculo de Carlos Maurício Ribeiro, sócio do Vieira Rezende Advogados. A Petrobrás, por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou que “as informações existentes até o momento sobre os impactos do coronavírus na economia mundial não permitem que sejam feitas projeções seguras sobre as consequências para as operações da companhia”.

As consequências nos projetos da estatal vão depender da extensão da crise e da sua difusão pelo mundo, salientou Ribeiro. Por conta da transição energética, que vai impor cada vez mais preços mais baixos aos combustíveis fósseis, companhias petroleiras do mundo todo correm contra o tempo para transformar suas reservas de petróleo em dinheiro. Com isso, cada dia de atraso de um projeto tem um custo maior para as empresas. A crise atual ainda pode gerar novos problemas à gestão da Petrobrás, que aposta na venda de ativos para reduzir o endividamento. Um deles é a desistência das empresas chinesas em adquirir um conjunto de refinarias. Os diretores da estatal têm dito que o negócio está atraindo o interesse de muitos investidores. A tendência é que sejam especialmente interessantes para os chineses, que têm a preocupação de garantir combustível para o consumo interno e apostado alto no Brasil nos últimos anos.

Refinaria. “O problema é ter alguma proposta para as refinarias que não tenha a participação dos chineses. Se a desistência dos chineses não inviabilizar a compra das refinarias, certamente terá consequências na competição e,

portanto, no preço de venda”, disse Rodrigo Leão, economista e coordenador de pesquisa do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep). Ele destaca ainda que quase um quarto da receita da estatal depende das exportações e que a China responde atualmente por 65% desse total.

Em recente coletiva de imprensa para apresentar o resultado financeiro do ano passado, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, admitiu que o país asiático continuará a ter um peso relevante no comércio do seu petróleo cru, embora a Petrobrás esteja procurando novos consumidores. O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) Adriano Pires avalia ainda que navios de gás natural liquefeito são construídos na Ásia e que, com a crise do coronavírus, deve ter atraso nas entregas, o que pode afetar os valores de comercialização desse produto. “No fim das contas, a China é a grande fábrica do mundo e o cenário atual faz a gente refletir que depender muito da China é complicado”, avalia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/03/2020

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: O que é importante para o presidente

O presidente Jair Bolsonaro foi ao Facebook na noite de quinta-feira para se queixar do Congresso. Disse que “gostaria de fazer muita coisa pelo Brasil”, mas os parlamentares não deixam. Como exemplos do que “gostaria de fazer pelo Brasil”, o presidente citou diversos projetos e medidas provisórias que ou foram recusados ou nem sequer foram discutidos. “Estou há seis meses com um projeto de lei dentro da Câmara para que a validade da carteira de motorista passe de cinco para dez anos, mas não vai para frente”, declarou o presidente, com ar indignado. “Estou também há seis meses com um projeto fazendo com que você perca a sua carteira (de motorista) depois de completar 40 pontos no ano, e não 20 como é atualmente”, continuou Bolsonaro.

A lista de prioridades citadas pelo presidente incluiu ainda a medida provisória que instituiu a carteira de estudante digital e a medida provisória que dispensou as empresas de publicarem balanços em jornais de grande circulação – ambas caducaram sem votação. Bolsonaro mencionou também o projeto de lei “maravilhoso” que dá “direito ao índio de ser um cidadão igual a você, igual eu (sic)” – em referência ao projeto que permite o desenvolvimento de atividades como mineração, produção de petróleo e gás e geração de energia elétrica em terras indígenas. “Lamentavelmente”, disse, “a Câmara nem vai discutir” o projeto. Em nenhum momento, na quase meia hora que gastou para falar do

que “gostaria de fazer pelo Brasil”, o presidente Bolsonaro mencionou as reformas administrativa e tributária, que deveriam ser as reais prioridades do Executivo.

Provavelmente não falou porque o governo nem sequer enviou suas propostas ao Congresso. E o clima de confronto criado pelos bolsonaristas – e alimentado pelo próprio presidente – contra os parlamentares pode procrastinar ainda mais o envio e a votação dessas matérias fundamentais para o País. O resultado disso é que o relativo otimismo com a retomada do crescimento, verificado no final do ano passado, especialmente depois da aprovação da reforma da Previdência, vai se transformando em ceticismo e dúvida: afinal, não se pode condenar quem hesita em investir num país cujo governo cria crises diárias e não demonstra compromisso com as reformas. No seu pronunciamento, o presidente Bolsonaro disse que se encontrará com empresários da Fiesp em breve e, em vez de mencionar as muitas dificuldades do setor produtivo, preferiu destacar que um dos principais assuntos a tratar será o comportamento da imprensa. Bolsonaro disse que pedirá aos empresários que não anunciem mais em jornais “que mentem o tempo todo” e “trabalham contra o governo”.

Em sua lógica, a imprensa crítica ao governo é prejudicial ao País, pois, “se o governo der errado, toda a economia do Brasil vai sofrer”. Assim, enquanto gasta energia com carteiras de motorista, radares móveis e carteirinhas de estudante, o presidente quer que os brasileiros acreditem que o maior problema do País não é sua óbvia inaptidão para o cargo, mas sim o comportamento do Congresso e da imprensa. Desde sempre incapaz de assumir as graves responsabilidades inerentes ao exercício da Presidência, Bolsonaro revela cada vez mais um comportamento perigosamente próximo daquele que notabiliza as redes sociais bolsonaristas, nas quais a verdade dos fatos é hostilizada. Em seu discurso no Facebook, reafirmou sua ânsia de desmoralizar jornalistas ao partir para insultos e ao tratar como verdadeiras as mentiras produzidas pelo bando bolsonarista que manipula a internet para achincalhar o trabalho de repórteres que revelaram o que ele gostaria de esconder. E não há perspectiva de Bolsonaro se emendar. “O recado para a imprensa: não vou desistir, vou buscar fazer tudo aquilo que eu falei durante a campanha”, anunciou o presidente. O fracasso em aprovar até mesmo mudanças na pontuação da carteira de motorista, consideradas prioritárias pelo presidente, mostra que Bolsonaro ainda precisará brigar muito com a realidade para pelo menos parecer um bom presidente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 01/03/2020**Seção:** Mercado**Autor:** Alexa Salomão e Fábio Pupo**Título:** Se uma operação no BNDES deu prejuízo, não quer dizer que foi ilegal

Entrevista - Gustavo Montezano

Nossa tarefa é informar autoridades sobre operações investigadas e recuperar credibilidade do banco, sem julgá-lo, diz presidente

Ao assumir a presidência do BNDES, em julho de 2019, Gustavo Montezano tinha de atender a uma expectativa do próprio presidente Jair Bolsonaro: abrir a caixa-preta do banco — detalhar eventuais esquemas escusos ainda não explicados.

Em janeiro deste ano, porém, atestou que nada de ilegal havia sido encontrado e agora tenta virar essa página na história da instituição. “Minha função é trabalhar pela credibilidade do BNDES”, diz.

Em outra frente, o banco trabalha para vender, pelo melhor preço possível no meio da instabilidade do mercado, uma carteira com mais de R\$ 100 bilhões em ações. As próximas são as da JBS.

Uma de suas missões ao assumir o BNDES era abrir a caixa-preta do banco. Como foi essa auditoria que não encontrou nada, quando TCU [Tribunal de Contas de União], Ministério Público e uma CPI no Congresso indicam que o banco teve prejuízos?

Primeiro é importante entender a nossa função. Nós somos executivos do banco. Não somos políticos, muito menos juízes. A auditoria é um dos pontos, de um dos casos da JBS, e um ponto complexo. Sendo super-sincero: quando entrei no banco, me debrucei sobre esses temas polêmicos, porque entendo ser obrigação minha, e, mesmo para um especialista como eu, demorei para entender.

Como assim?

Cada caso é um caso. Quando você pega o emaranhado de operações, com renegociações, taxas de juros diferentes, leis diferentes, contextos diferentes, não é trivial entender. E olha: mobilizei muita gente no banco para destrinchar para mim e para gente de fora. Não é fácil. A grande conclusão é que temos o desafio da explicação.

Mas conseguiram ou não chegar à conclusão de que houve prejuízo financeiro? Avaliar puramente pela ótica financeira não é a forma mais adequada. Se a operação deu lucro ou prejuízo não quer dizer que foi legal ou ilegal. Prejuízo eventualmente faz parte do negócio de banco —você dá crédito, perde dinheiro. Compra uma ação, ela cai. Pode acontecer. A lucratividade é uma visão parcial que pode levar a uma conclusão errada. Em relação à ótica da legalidade — e não sou eu que estou dizendo, mas os órgãos de controle—, até hoje não foi encontrada nenhuma ilegalidade. E nossa função não é dizer se teve ilegalidade, é deixar o banco disponível, é prover informações, de forma eficiente e didática, para quem quer investigar e julgar.

A sua resposta, da forma como foi dita, faz parecer que em algumas operações houve prejuízo ao banco. Vou te dar o exemplo da ação da Petrobras. Ela rendeu 2% ao ano, ante um CDI de 7%. Se tivesse colocado no CDI, teria ganho mais dinheiro do que carregando ação. Isso é um prejuízo econômico pela ótica do custo de oportunidade —e não teve nada de ilegal. A operação da Odebrecht. A gente está na reestruturação da recuperação judicial. É um caso notório de eventual perda econômica. Até hoje não foi provada nenhuma ilegalidade. Pegou o meu ponto?

O sr. diria, então, que a sua função como presidente do BNDES é defender o banco? Se apenas defender como um pai protecionista ou acusar como inquisidor estou errado. Minha função é trabalhar pela credibilidade. Tenho de dar transparência, constituindo uma cultura e um histórico que leva a credibilidade do BNDES a outro patamar —e isso já está acontecendo.

Como o presidente Jair Bolsonaro recebeu a auditoria do escritório Cleary Gottlieb, avaliando que nada havia de irregular na relação com a JBS? Assuntos de relevância, como esse, são sempre comunicados ao Ministério da Economia e à Presidência. A solicitação de ambos é sempre no sentido de esclarecer os fatos e dar transparência à população, independentemente do resultado em si. Em relação à investigação privada, demos todos os esclarecimentos. Nosso entendimento é o de que o tema foi esclarecido e bem recebido. Mas isso é vivo. O tema ainda está sendo analisado. Se surgir algo novo, voltaremos a esclarecer novamente.

A outra missão é vender a carteira de ações. A operação mais recente foi a da Petrobras. O que mais vem neste ano?

Vamos por parte. Não posso revelar muito sobre a estratégia de venda da carteira. Para recapitular. Em dezembro, vendemos Marfrig, em janeiro, Light, em fevereiro, Petrobras. A carteira é muito concentrada. Ainda temos R\$ 30 bilhões para vender de Petrobras. Temos IBS, Vale, Suzano, Copei —as cinco maiores. Tem Eletrobras, e a princípio vamos esperar uma definição sobre

privatização para tomar uma decisão. Todo o resto virá à medida que o mercado for absorvendo. A gente já tem mandatado um sindicato para vender parcela das ações de JBS. O montante vai variar, e vamos discutir isso na hora da oferta. Ao sair dessa carteira, eu tiro o risco de perpetuidade do banco. Porque essa carteira, de R\$ 120 bilhões no ano passado, pode variar de 30% a 40% numa crise. Estou falando de R\$ 30 bilhões a R\$ 50 bilhões de variação. Por causa do efeito do coronavírus nas Bolsas, numa segunda-feira, perdeu R\$ 5,8 bilhões em um dia. Isso é quase um ano de lucro recorrente do BNDES. É um negócio que coloca em risco o futuro do banco.

A venda das ações da JBS tem data?

Não tem data, mas tem um evento relevante, que eu posso comentar porque é de domínio público, que é a relistagem nos Estados Unidos. A gente está acompanhando e esperando para que, se tiver uma janela boa, a gente possa surfar. Não será necessariamente uma operação casada, mas coordenada com esse movimento da empresa.

Parte do processo de abertura de capital da JBS nos EUA pressupõe a transferência da sede...

Sim, a ideia é separar a empresa em duas. Temos de acompanhar. O banco tem 20% da companhia.

Em que fase está esse processo?

Está na mão da companhia e de seus controladores executarem. Não temos poder de parar ou empurrar isso. O acordo de acionista terminou no fim do ano. O nosso nível de informação e influência na empresa mudou. Não temos mais direito de veto por acordo. Hoje, somos um minoritário relevante. Temos os direitos que a lei nos concede, não mais por acordo de acionista.

Como tem sido o processo de reestruturação no banco?

Importa para um banco como o BNDES qual desenvolvimento a gente quer dar para o Brasil. E desenvolvimento vem de duas coisas: financiamento, sim, mas também de algo que é um grande gargalo hoje no Brasil: bons projetos, boa estruturação financeira, bom planejamento. E isso o banco tem capacidade de sobra para fazer. Estamos posicionando o BNDES como o banco que atende o Estado brasileiro — federal, estadual, municipal. Já atendemos todos os ministérios que têm demanda para concessão, PPP, levantar recurso privado. Temos capacidade de atender os 26 estados. Estamos nos mobilizando para, depois das eleições, atender os municípios de uma maneira um pouco diferente. Acreditamos que vamos atender de 50 a 100 cidades. Nossa meta até 2022, na parte de serviços sociais, é estruturar projetos de saneamento que levem água e esgoto a 20 milhões de pessoas, e iluminação pública de qualidade para 14 milhões de pessoas. Fazer concessões para 20 mil quilômetros de estradas, sendo 16 mil novos. Privatizar 30 empresas. Na parte de crédito, temos de

financiar projetos em energia, logística, mobilidade urbana, educação, saúde, segurança.

Há meta de investimento?

Vamos desembolsar por ano entre R\$ 50 bilhões e R\$ 70 bilhões, mas o financeiro não importa. O BNDES vai atuar como um catalisador, mitigando risco, entrando junto, porque isso faz a diferença para o setor privado. Se, para financiar 1,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, o BNDES colocar R\$ 100 e o privado, R\$ 10, é muito pior do que BNDES colocar R\$ 10 e o privado, R\$ 100 — porque eu consigo fazer a mesma coisa, com menos recurso. O objetivo do banco é fazer isso, não é desembolsar dinheiro. Quanto mais fizer salvando recurso público, melhor o nosso trabalho.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/03/2020

Seção: Poder

Autor: Igor Gielow e Gustavo Patu

Título: Bolsonaro privilegia gasto militar no 1º ano no cargo

Bolsonaro privilegia gastos com militares no primeiro ano de governo

Defesa registra maior reforço de caixa da Esplanada, com R\$ 6,3 bi a mais gastos em 2019, aumento de 10,9% sobre o ano retrasado

São Paulo No primeiro ano de governo do capitão reformado do Exército Jair Bolsonaro, o Ministério da Defesa foi privilegiado com o maior reforço de orçamento. A pasta encerrou 2019 gastando R\$ 6,3 bilhões a mais do que havia sido previsto inicialmente.

Três outras pastas superaram a Defesa em ampliação, mas são casos extraordinários.

Economia e Cidadania reuniram sob seu orçamento diversas pastas, e pelos cofres de Minas e Energia passaram os recursos oriundos do leilão de cessão onerosa do petróleo — o que não significa gasto.

A melhor situação financeira foi acompanhada de outras vitórias dos militares, como o protagonismo dentro do governo e a aprovação de uma reforma previdenciária e de carreira próprias, pleitos de duas décadas.

Com 8 de 22 ministros oriundos das Forças Armadas, Bolsonaro tem um dos governos mais militarizados da história.

Após um período de baixa no embate com a ala ideológica, que gira em torno dos filhos do presidente, o grupo militar na administração ganhou renovado fôlego com a entrada do general Walter Braga Netto na Casa Civil.

O orçamento de Defesa em 2019 registrou R\$ 109,9 bilhões em gastos, segundo o Siga Brasil, sistema de acompanhamento de receitas e despesas federais do Senado. Isso coloca a pasta como a quarta maior em termos de verbas.

O valor é 10,9% maior do que no ano anterior e provavelmente é um dos maiores da história em termos nominais — a base do Siga Brasil só tem dados comparáveis até 2001.

Neste século, contudo, o gasto militar tem sido quase constante em porcentagem do PIB (Produto Interno Bruto).

O maior salto ocorreu em investimentos, de R\$ 9,5 bilhões para R\$ 15,9 bilhões, ou 14,5% do orçamento total.

Não é muito perto do registrado por nações avançadas no campo militar, como EUA (29%), mas é mais que os 11,8% registrados em 2018, já em valores corrigidos pelo IPCA.

É o maior valor destinado a investimentos do orçamento total da União, 28%.

Já a fatia de despesas com pessoal segue a tendência histórica de dominar o gasto militar: 73,3% foram para a rubrica, ou R\$ 80,5 bilhões.

Desse valor, R\$ 47,7 bilhões são destinados aos inativos militares, inclusive o pagamento de pensões.

“Somos um anão militar por conta da pequena fatia do gasto em defesa aplicada em investimentos. Portanto, há um problema estrutural com o orçamento de defesa”, escreveu Octavio Amorim Neto, professor da Fundação Getúlio Vargas, na edição mais recente do “Boletim Macro” do Instituto Brasileiro de Economia.

Já custeio consumiu R\$ 13,4 bilhões em 2019, invertendo sua posição no ranking com os investimentos.

O gasto militar brasileiro tem se oscilado, nos últimos anos, em torno do 1,5% do PIB — em 2019, foi, 1,51%.

É um valor compatível com níveis europeus, onde a meta da Otan (aliança militar ocidental) é um dispêndio de 2% do PIB com defesa, mas por lá os inativos não entram na conta final.

No ranking mais respeitado do ramo, o do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, o Brasil aparece em 11º lugar em gasto bruto com seus militares.

Puxou o aumento nos investimentos uma decisão política de Bolsonaro: agradar a Marinha, que estava preocupada com a viabilidade de seu programa de construção de fragatas leves, essencial para evitar um apagão de patrulhamento do Atlântico Sul.

Com isso, o governo ampliar uma operação que já havia feito em 2018, capitalizando com R\$ 7,6 bilhões a Emgepron, uma estatal da Força destinada a programas navais.

A operação é polêmica, pois aumenta o déficit público na prática, mas fica fora do teto de gastos federais, e foi defendida como política de governo pelo Ministério da Economia.

O Tribunal de Contas da União chegou a contestá-la quando ela foi engendrada em 2018, ano em que foram injetados R\$ 2 bilhões na empresa.

Com isso, a construção de quatro navios, um contrato de pelo menos US\$ 1,6 bilhão (R\$ 7,1 bilhões na sexta, 28), ficou assegurada para o período de 2024 a 2028. E outros programas poderão ser feitos.

Respirou aliviada a Embraer Defesa, a divisão principal que restará da atual Embraer quando a compra da linha e aviões comerciais da empresa tiver sua venda concluída para a Boeing americana. Ela é sócia do estaleiro alemão TKMS no projeto.

Técnicos da área militar defendem a operação, dizendo que ela não significa o rompimento do teto na realidade, já que o gasto em si será executado de forma parcelada, lá na frente, quando os contratados para fazer os navios começarem a receber os valores.

Amorim vê cálculo político na manobra. “Os militares sabem que um próximo governo que não seja bolsonarista vai cancelar boa parte dos ganhos que têm obtido desde 2019. Ou seja, melhor agora do que nunca. Talvez isso explique por que os R\$ 7,6 bilhões foram aportados à Emgepron em apenas um ano, não ao longo de três”, escreveu.

Segundo disse em nota a Defesa, além dos créditos adicionais aprovados pelo Congresso, a ampliação de 2019 se deu também pela “eficiência deste ministério na execução do seu orçamento, o que permitiu o pagamento de despesas inscritas em restos apagar em anos anteriores”.

Além da capitalização, houve também como regra a manutenção dos principais programas militares do país — R\$ 4,5 bilhões foram consumidos no ano passado com os oito principais projetos.

Aqui, como ressalta Amorim em seu artigo, há a questão de compromissos internacionais assumidos. O programa mais dispendioso, o do novo caça da Força Aérea, recebeu quase R\$ 1,7 bilhão em 2019.

Em setembro, o primeiro dos 36 aparelhos do modelo Gripen feitos para o Brasil voou em Linköping, na Suécia.

Em 2018, em valores corrigidos, havia sido gasto cerca de R\$ 1,2 bilhão.

A previsão orçamentária para 2020 mantém o caça da fabricante Saab como o mais favorecido: R\$ 951 milhões.

Outro avião, o cargueiro da Embraer KC-390 (C-390 na versão sem capacidade de reabastecimento aéreo), ficou em segundo lugar no ano passado, com R\$ 810 milhões pagos.

Os dois primeiros de 28 aparelhos encomendados por R\$ 7,2 bilhões foram entregues à FAB também no ano passado. Para 2020, a previsão cai para R\$ 616 milhões, mas o valor da rubrica “desenvolvimento” do cargueiro chega a R\$ 166 milhões.

Já os programas navais, em especial o de submarinos assinado com a França em 2009, seguem em destaque. A primeira unidade do modelo de propulsão convencional já está em teste nos mares, e outras três ainda virão.

Devido à entrega do barco Riachuelo no final de 2018, o valor pago caiu de R\$ 937,7 milhões naquele ano para R\$ 490,7 milhões em 2019, mas para este ano a previsão da Defesa é de um aumento para R\$ 727 milhões.

Já o submarino nuclear, o mais acalentado programa dos almirantes, vai mais lentamente. Dos R\$ 499,6 milhões gastos no ano passado, deverá receber R\$ 327,6 milhões neste ano — sem contar eventuais cortes ou aumentos de verba.

O Exército, que é dominante na ala militar no governo, não tem tantos investimentos.

Seu principal projeto, o dos blindados Guarani, tem tido o ritmo considerado lento de entrega. Seu gasto tem sido relativamente constante: R\$ 366 milhões há dois anos, R\$ 352,8 milhões no ano passado e R\$ 349,7 milhões previstos para este ano.

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/03/2020****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ****Título: Mergulhadores começam hoje a avaliar dano em navio encalhado**

Objetivo é retirar combustível e minério de embarcação contratada pela Vale

Uma equipe de mergulhadores começa hoje a avaliar a extensão dos rasgos no casco do navio MV Stellar Banner, contratado pela Vale e que está encalhado a cerca de cem quilômetros da costa do Maranhão desde a semana passada. A embarcação transportava 294,8 mil toneladas de minério de ferro que seriam transportadas para a China e 3,8 milhões de litros de óleo combustível. Segundo fontes, se tudo der certo, deverá ser inicialmente retirado o óleo para estabilizar o navio com flutuadores e, depois, retirar o minério.

O Ibama acompanha as ações em curso. Já estão no local desde sábado duas embarcações de contenção em caso de eventuais derramamentos de óleo ou minério, cedidas pela Petrobras. Outros dois navios de contenção de vazamento se dirigem ao local.

Marcelo Amorim, coordenador de Atendimento a Emergências Tecnológicas e Naturais do Ibama, explicou que a mancha de óleo encontrada no primeiro sobrevoo feito pelo Ibama na quinta-feira, de 333 litros, era do óleo residual na parte superior do navio e em vários equipamentos. Ainda assim, a mancha se espalhou no entorno da embarcação, numa área de 800 metros. Segundo o Ibama, os tanques com 3,8 milhões de litros de combustível estão intactos.

O navio não se movimentou nos últimos dias, mantendo a inclinação de 21 graus, o que dá maior segurança às equipes que trabalham no local.

— Temos um plano para proteção de todo o dano ambiental que porventura ocorra a partir de algum problema maior no navio —disse ao Jornal Hoje Newton Costa Neto, comandante do 4^a Distrito Naval da Marinha. — Se isso acontecer, ele será acionado.

Segundo Leven Siano, advogado da empresa Polaris, dona do navio, a empresa, como proprietária e armadora, trouxe o que “há de melhor no mundo para providenciar a salvação do navio e a preservação ambiental”.

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/03/2020****Seção: O País****Autor: CLEIDE CARVALHO****Título: Vale amplia operação em área de tragédia ambiental em Minas**

Moradores do município de Catas Altas estão alarmados com proximidade do Projeto Mina do Fazendão de suas residências

Quatro anos depois do desastre da barragem de Fundão, da Samarco, que poluiu o Rio Doce até sua foz, a Vale volta a ampliar suas operações no complexo de Mariana, em Minas Gerais, com o Projeto Mina de Fazendão. A iniciativa inclui a unificação de três jazidas de minério de ferro: São Luiz, Almas e Tamanduá. A nova empreitada, que fica a apenas 21 quilômetros da vila de Bento Rodrigues, destruída com o rompimento de Fundão, já provoca apreensão nos moradores do entorno.

A Vale divide o controle da Samarco com a anglo-australiana BHP Billiton. O Projeto Fazendão, que será discutido em audiência pública marcada para 5 de março, alarmou os moradores do Morro D'Água Quente, distrito de Catas Altas, município de 5 mil habitantes colado à Mariana. Na localidade vivem cerca de mil pessoas. Em dezembro passado, na primeira tentativa de audiência pública, funcionários da Vale chegaram a ser agredidos.

A principal preocupação dos moradores é que a mina está cada vez mais perto de suas casas. As residências do Morro D'Água Quente ficam distantes 600 metros da mina São Luiz. Segundo Sandra Vita, integrante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), com a ampliação da cava para juntar Almas e Tamanduá, a distância até as residências será de apenas 300 metros: — As crianças e os idosos são os que mais sofrem com doenças respiratórias por causa da poeira — diz ela.

AMPLIAÇÃO

A união das três jazidas numa só no projeto de Fazendão vai permitir um aumento da vida útil da mina em 27 anos, segundo estudo apresentado às autoridades. Contudo, o empreendimento não vai gerar novos empregos permanentes. Apenas as obras de abertura de estradas ofertarão vagas temporárias. A ampliação das atividades pretendida pela Vale faz parte de uma retomada das atividades minerárias na região que engloba os municípios de Ouro Preto, Mariana e Catas Altas. Além do Fazendão, a produção foi retomada em outras minas.

Em outubro passado, o Licenciamento Ambiental Corretivo, emitido pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) de Minas Gerais, permitiu que a Samarco voltasse a operar um complexo na região paralisado desde o rompimento da barragem do Fundão — ninguém foi condenado pela tragédia que deixou 19 mortos. Em novembro, a Vale também recebeu autorização da Agência Nacional de Mineração (ANM) para voltar a operar a mina Alegria, cuja produção também foi interrompida após outra tragédia, o rompimento da barragem I da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, que deixou 270 mortos em janeiro de 2019 — 11 corpos seguem desaparecidos.

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Projeto Fazendão, a intenção é abastecer as unidades de beneficiamento de minério da mina Alegria, da Vale, e da Samarco, que deve receber minério bruto assim que suas operações estiverem regularizadas. O minério de Fazendão é considerado importante para a atividade da Samarco de pelotização — transformação do minério em pequenas pelotas que são usadas depois na fabricação de aço. Procurada, a Vale informou que todas as estruturas que serão utilizadas no projeto Fazendão estão dentro da propriedade da companhia, sem compartilhamento com outra empresa.

Segundo a mineradora, foi fechado acordo com a prefeitura de Mariana e com a comunidade para que a operação das minas seja de 12 horas diárias de segunda a sexta, com suspensão das atividades nos fins de semana. No último dia 21, após discussão do Conselho Municipal do Meio Ambiente, a Prefeitura de Catas Altas divulgou comunicado informando que revogou a Declaração de Conformidade para expansão do projeto da Vale. A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) informou que o projeto de expansão da mina foi formalizado em junho de 2015 e está em fase de deliberação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/03/2020

Seção: Colunas

Autor: Bernardo Mello Franco

Título: Época de retrocessos

A retórica de Jair Bolsonaro e a omissão de Sergio Moro fizeram aumentar a ousadia dos invasores de terras indígenas. Na sexta-feira, um deputado serrou a corrente que protegia o território dos kinja em Roraima. No norte do estado, garimpeiros voltaram a levar máquinas pesadas para a reserva Raposa Serra do Sol. Os criminosos têm atuado à luz do dia, sem medo de represálias da Funai ou da Polícia Federal.

Em alguns casos, a crença na impunidade é tamanha que eles se sentem livres para filmar e divulgar as ações ilegais. Foi o que fez o deputado estadual Jeferson Alves. Na sexta, ele convocou fotógrafos e cinegrafistas para registrar sua performance na BR-174.

Diante das câmeras, ligou uma moto serra e destruiu o bloqueio que protegia a terra indígena Waimiri Atroari. Há cerca de 40 anos, a rodovia é parcialmente fechada à noite para reduzir riscos de atropelamento. O trânsito permanece livre para ônibus, ambulâncias e caminhões com carga perecível.

Mesmo assim, fazendeiros e empresários insistem em derrubar o bloqueio. “Presidente Bolsonaro, é por Roraima, é pelo Brasil, não a favor dessas ONGs”, bradou Alves, exibindo a corrente rompida como um troféu.

Na internet, o deputado se apresenta como um político “temente a Deus e aos princípios bíblicos”. Em dezembro, ele debochou da Justiça Eleitoral ao promover um show com sorteio de painéis, geladeiras e carro zero. O clima de vale-tudo se estende a Raposa Serra do Sol, cuja demarcação foi combatida por Bolsonaro e pelo general Augusto Heleno.

Depois de mais de uma década, a reserva voltou a ser invadida para a instalação de um garimpo ilegal de larga escala. Ouvido pela “Folha de S.Paulo”, o macuxi Edinho Batista de Souza vinculou o crime ao projeto do governo que libera a mineração em terras indígenas.

No início de fevereiro, o senador bolsonarista Chico Rodrigues visitou a região para apoiar os infratores. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal confirmou a demarcação contínua de Raposa. Relator daquele processo, o ex-ministro Carlos Ayres Britto diz que o governo federal não pode continuar de braços cruzados diante das invasões. “A Constituição está sendo desrespeitada de forma petulante e inadmissível. A União tem o dever de sair em defesa das populações indígenas”, afirma.

Para o jurista, as ações do governo estão “em rota de colisão” com os direitos dos índios. “O presidente não tem demonstrado conhecimento de causa. É uma época de retrocessos”, lamenta.

O medo da derrota nas urnas produziu uma mutação em Marcelo Crivella. Ex-aliado do PT, o prefeito do Rio virou bolsonarista desde criança. A sete meses das eleições, ele tem rastejado pelo apoio do presidente.

Na sexta-feira, o bispo apelou aos céus para bajular o capitão. Em vídeo divulgado nas redes, pediu que “Deus dê forças ao nosso presidente” no embate com o Legislativo e o Judiciário. Ministro da Pesca no governo Dilma Rousseff, Crivella reclamou da imprensa e tratou os ataques ao Congresso como

“questões menores”. Sem corar, aproveitou para elogiar a “personalidade irradiante” de Bolsonaro.

MME / ASCOM .